

CURSO
CULTURA POLÍTICA SOCIALISTA

Políticas desenvolvimentistas

Fundação João Mangabeira

Brasília, 2011





Sede própria - SHIS QI 5 Conjunto 2 Casa 2
CEP 71615-020 - Lago Sul - Brasília, DF
Telefax: 61 3365-4099 / 3365-5277 / 3365-5279
www.fjmangabeira.org.br
www.tvjoaomangabeira.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Carlos Siqueira
Diretor-Financeiro: Renato Xavier Thiebaut
Diretor de Assessoria: Marcos Rezende Villaça Nunes
Diretor de Cursos: José Carlos Saboia
Diretora-Administrativa: Carmen Soriano Puig

CONSELHO CURADOR

Membros natos

Eduardo Henrique Accioly Campos
Carlos Siqueira

Membros eleitos pelo

Diretório Nacional do PSB

Luiza Erundina de Sousa
Roberto Amaral
Serafim Fernandes Corrêa
Kátia Born Ribeiro
Mari Elizabeth Trindade Machado
Antônio Cesar Russi Callegari

Membros eleitos pelo Conselho Curador

Jaime Wallwitz Cardoso
Dalvino Trocolli Franca
Jaime Lewis Gorman Jr.
Alexandre Aguiar Cardoso
Sérgio Machado Resende
Adilson Gomes da Silva
Álvaro Cabral
Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz
Silvânio Medeiros

Suplentes

Paulo Blanco Barroso
Elaine Breintebach
Paulo Braccarense
Joe Carlo Vianna Valle
Manoel Antônio Vieira Alexandre

CONSELHO FISCAL

Cacilda de Oliveira Chequer
Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha
Antônio Marcos Ferreira Duarte

Suplentes

Marcos José Mota Cerqueira
Dalton Rosa Freitas

Sumário

1	Apresentação	5
2	Introdução	9
	<i>Crescimento e desenvolvimento econômico: diferença essencial</i>	<i>9</i>
	<i>Desenvolvimento e participação popular</i>	<i>10</i>
	<i>A questão urbana</i>	<i>14</i>
	<i>A institucionalidade que perpassa o Estado faz do território da modernidade lugar de exclusão</i>	<i>14</i>
	<i>Exclusão social e a produção do espaço urbano</i>	<i>16</i>
3	Antecedentes históricos do desenvolvimento capitalista	19
	<i>Acumulação primitiva do capital</i>	<i>19</i>
	<i>Acumulação primitiva e colonialismo</i>	<i>21</i>
	<i>As revoluções industriais</i>	<i>22</i>
4	A luta para superar o modelo agrário-exportador	27
	<i>Avanços da era Vargas</i>	<i>28</i>
	<i>Realizações de Juscelino</i>	<i>30</i>

<i>A ditadura e seu projeto de modernização conservadora: PND II</i>	33
<i>Uma síntese econômica do longo período que vai de Getúlio Vargas até o fim do Regime Militar</i>	36
<i>A reconstrução democrática e a luta contra a inflação</i>	37

5	Questões contemporâneas relacionadas ao desenvolvimento	41
	<i>As décadas perdidas e a articulação dos interesses conservadores</i>	41
	<i>Um êxito dos governos Lula: a abordagem regional</i>	43

6	Pendências da pauta desenvolvimentista não superadas pelos governos Lula	47
	<i>Quatro questões essenciais à configuração do modelo de desenvolvimento</i>	48
	<i>Taxa de juros</i>	49
	<i>Apreciação cambial e termos de troca</i>	51
	<i>Carga tributária</i>	52
	<i>Inserção subalterna nos mercados mundiais</i>	53

7	O que se faz dos recursos orçamentários no Brasil?	55
----------	---	-----------

8	Conclusões: princípios e teses desenvolvimentistas	61
----------	---	-----------

9	Referências	67
----------	--------------------	-----------

Apresentação

Carlos Siqueira *

Presidente da Fundação João Mangabeira

O documento de referência que orienta a Aula 3 do curso ***Cultura Política Socialista*** trata de uma questão essencial a todo o campo progressista, no qual se insere o PSB. O tema que se aborda nesta oportunidade é a questão do desenvolvimento, de todo essencial a qualquer projeto de emancipação que se pretenda apresentar à nação.

A orientação do documento não é teórica, ainda que não se tenha descuidado da acuidade técnica e histórica. Trata-se, mais propriamente, de um espaço para a reflexão sobre a trajetória que o Brasil cumpriu, desde que adquiriu sua soberania, cotejando tal caminho com a natureza de *desenvolvimento* que tivemos.

As conclusões a que se chega são, a um só tempo, objeto de certa frustração e incitação à luta e militância política. O fato é que se faz necessário reconhecer que as forças conservadoras têm se demonstrado extremamente exitosas em impor seus interesses, o que implica em um padrão de desenvolvimento que pode ser caracterizado, por meio de uma palavra síntese, de *excludente*.

Não pode ser considerado, portanto, de maneira rigorosa, desenvolvimento. Ainda que o país seja mais afluyente, que se inscreva no contexto das grandes nações capitalistas do mundo, que tenha acesso a muitos dos benefícios trazidos

1 Apresentação

pela tecnologia, encontramos-nos diante de um cenário que avilta qualquer um que tenha um mínimo de sensibilidade política e social.

Em que pese os avanços realizados, existe uma imensa injustiça social instaurada em nosso País. Ela se materializa na distribuição de renda perversa, na consolidação de uma distribuição de riqueza que beira o abjeto, em cidades que territorializam a cidadania, excluindo, ou relegando à subcidadania, imensas porções de suas periferias. Sofre-se, portanto, pela precariedade dos meios de vida, pela assimetria abissal entre pobreza e riqueza, mas também por meios de transporte que privilegiam os deslocamentos de ricos, em detrimento da maioria da população, que soma ao desgaste da jornada de trabalho, horas de deslocamento, em ônibus, trens e metrô superlotados.

Esse padrão de desenvolvimento e suas características domésticas se veem correspondidos por uma inserção nos mercados mundiais que ainda é subalterno, que privilegia a exportação de *commodities*, ao passo que, por força de ainda ser ausente uma política industrial e desenvolvimentista articulada, nos obriga a importar bens de maior densidade tecnológica.

Se a grande conquista de nossa história contemporânea foi a estabilização monetária, fato que tem uma imensa dimensão, até mesmo porque a hiperinflação tem um efeito perverso sobre a distribuição de renda, falta-nos, contudo, um projeto de desenvolvimento verdadeiro.

Tal projeto deve ser diferente em natureza e qualidade, pois não pode se comprometer com a meta limitada do crescimento econômico. Deve, pelo contrário, compreender os requerimentos da melhoria na distribuição de renda, uma divisão

mais equânime da riqueza, melhorias significativas na qualidade de vida do conjunto da população - o que implica o reconhecimento do direito de condições de moradia de maior qualidade, ambiente urbano inclusivo, respeito ao meio ambiente.

Um projeto de tal ordem movimenta expectativas e esperanças, bandeiras e práticas, que são próprios à esquerda e suas tradições. Somos, portanto, seus atores, compreendido que tal luta se processa no ambiente e sob os preceitos da democracia. Esta indicação não é retórica não diz respeito apenas à prática política. O desenvolvimento não pode ser outorgado, corresponde, talvez, ao cerne do próprio processo de emancipação, de tal forma que não se realiza em nome do povo, mas deve ser materializar como iniciativa popular, mediada pela política e pelas instituições que lhe são próprias.

Sob esse aspecto, acreditamos que o PSB vem reunindo credenciais para exercer um papel de protagonismo, não apenas porque tem uma longa tradição na luta democrática e desenvolvimentista, mas muito particularmente porque vem realizando governos que lograram grande êxito em induzir o desenvolvimento. É legítimo, portanto, que possamos pleitear levar tais experiências para escalas mais amplas, apresentando-as como alternativas efetivas para o conjunto da nação. Com as limitações que são próprias a um trabalho como esse, é esse protagonismo que este documento procura estimular.

* **Carlos Siqueira** é advogado. Atualmente é Primeiro Secretário Nacional do PSB e Presidente da Fundação João Mangabeira.



Introdução

Crescimento e desenvolvimento econômico: diferença essencial

Estamos vivendo um período em que a base do pensamento acerca do desenvolvimento é caracterizada pela lógica econômica. Para uma grande maioria este conceito de desenvolvimento tem sido relacionado ao crescimento dos indicadores econômicos e a dinamização dos elementos macroeconômicos. No entanto, apesar de importante, crescimento econômico não é suficiente para gerar desenvolvimento.

O desenvolvimento consiste no conjunto de todas as condições de vida social que favoreçam o desenvolvimento integral da personalidade humana, estando, pois, vinculado à qualidade de vida; preservação dos valores históricos; preservação e valorização da cultura e suas múltiplas manifestações; utilização racional dos recursos naturais; respeito aos direitos individuais e coletivos; manutenção e fortalecimento da democracia; e, de forma especial, vinculado ao conceito “sustentabilidade”.

O desenvolvimento é sustentável, de outra parte, quando satisfaz as necessidades da presente geração, sem comprometer a capacidade das futuras gerações em satisfazer suas próprias necessidades, sendo, ainda, tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceitável. Na ausência da sustentabilidade, encontramos o que pode ser definido por exclusão social. Conforme defende Amartya Sen:

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Interno Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem considerar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar além dele. O crescimento econômico não pode ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de ser relacionado sobretudo com a melhoria da qualidade de vida que levamos e das liberdades que desfrutamos.

Os indicadores sociais, relativos ao Brasil, indicam que o país não converte, necessariamente, o crescimento econômico em um processo de desenvolvimento com sustentabilidade.

Note-se que *sustentabilidade* não se refere exclusivamente ao meio ambiente ou à natureza, mas às próprias comunidades humanas, não sendo possível considerar sustentável, nesse sentido, modelos econômicos que geram pobreza e exclusão social e, nessa mesma medida, perpetram a violação contínua de direitos humanos. Tanto quanto é inaceitável um regime de produção que dilapida a natureza e o meio ambiente, também o é se dissipa a vida humana em suas múltiplas potencialidades.

Desenvolvimento e participação popular

É necessário observar, ainda, que a percepção corrente sobre a natureza do desenvolvimento é aquela que o entende como exterior ao lugar, município ou região. Parece, portanto, que ele vem de fora, como produto de entidades e atores que excedem o plano local e que, de certa forma, teriam o condão de *outorgar* o desenvolvimento. Desse modo, a geração de emprego e renda, valorização da pequena e média empresa, combate à pobreza, redução das desigualdades, provimento de políticas públicas de qualidade, tende a ser visto como algo que se

encontra para além das possibilidades efetivas de atuação de cada comunidade, que se coloca, então, em condição de apassivamento.

Esse modo de conceber o problema do desenvolvimento encerra dois erros, um de natureza empírica, outro de conformação conceitual. Quanto à experiência, a prática demonstra à exaustão que a capacidade endógena de organização, a participação, o capital social acumulado são absolutamente fundamentais a qualquer projeto de desenvolvimento. De outro lado, do ponto de vista da concepção, do conceito, quando se espera que o desenvolvimento venha de fora, outorgado, se esquece completamente que ele é no fundamental uma *dinâmica cultural e política*, que orienta o *fazer* conforme uma determinada experiência sócio histórica. *Desenvolvimento, portanto, é em primeiro lugar uma apropriação criativa, tanto da tradição, quanto daquilo que é propriamente novo.* Sem que se compreenda essa natureza, não se consegue implementar práticas que ensejem um ciclo virtuoso de desenvolvimento.

Essa compreensão é fundamental, inclusive, para se definir as estratégias que serão colocadas em prática, os princípios que organizarão tais práticas, assim como as qualidades que o desenvolvimento deve ter. O desenvolvimento, sob esse aspecto, requer a criação de um espaço que lhe seja próprio, um *locus* democrático, em que as dinâmicas culturais e políticas participativas possam ganhar substância e, paulatinamente, enraizar o novo *fazer*, que é simultaneamente criado e apropriado coletivamente.

A adequada qualificação do que se compreende por desenvolvimento obriga, complementarmente, a pensar a relação que se estabelece ou deve estabelecer

com as políticas públicas. Tem havido no período mais recente da história do país um esforço coerente e relativamente amplo visando à inclusão social. Não se pode esquecer que um programa como o *Bolsa Família*, por exemplo, atinge aproximadamente a quarta parte da população brasileira, que a capacidade de compra do salário mínimo vem aumentando de maneira consistente e que há uma melhoria de indicadores como a formalidade no mercado de trabalho, a expansão da cobertura de proteção social, e a estabilidade econômica. Temos ainda avanços significativos no saneamento ambiental, ações afirmativas na área de educação e assim por diante.

Para que essas conquistas sejam efetivamente aprofundadas e apropriadas, ficando, portanto, a salvo de descontinuidades, é preciso que elas se enraízem junto à população e que se construam a partir de sua participação ativa, em um processo capilar porém consistente, que se constrói em rede, de muitas tramas e nós, todos eles pequenos, mas poderosos na medida de sua integração.

Note-se que o modo como se conceituou o desenvolvimento carrega em si uma perspectiva política, na medida em que recusa atribuir aos de baixo um papel coadjuvante em seu processo de emancipação. Desenvolvimento nesse sentido se opõe ao assistencialismo, à ideia de que os excluídos são um peso que deve ser suportado pelas elites, um *ônus* a ser tolerado e administrado. Trata-se, ao contrário, de edificar um projeto de nação que tenha por fundamento a participação ativa desses segmentos, que se mantêm em condição de pobreza e exclusão não por falta de iniciativas próprias, mas porque o país voltou suas costas a eles, não os apoiando decisivamente em seus esforços de emancipação.

A este título vale lembrar que os governantes em geral têm preferido apostar no caminho do apoio às grandes corporações, aos produtores rurais de grande porte, invariavelmente através de mecanismos de renúncia fiscal e de financiamento farto, deixando aos pequenos, às iniciativas no âmbito da economia solidária não mais do que pequenas migalhas.

Nessa dinâmica de desenvolvimento, os municípios e regiões podem ser pensados, figurativamente, como os blocos com os quais se constrói o país. Deste modo, ainda que as instâncias que definem as macro variáveis, como preços, câmbio, juros, nível de atividade; que dominam e articulam as grandes infraestruturas, provendo, portanto, equilíbrio macroeconômico e desenvolvendo políticas de tecnologia sejam importantes, todo seu empenho deve se materializar em territórios locais bem geridos, para serem efetivamente apropriados de forma democrática e participativa pelos atores atinentes a este plano.

Por que insistir na dimensão territorial, no georrefenciamento de oportunidades e desafios? Porque a eficácia da abordagem de um desenvolvimento que se constrói a partir do lugar requer coerência no conjunto do processo, sendo inviável se oferecer formação profissional, se não articular ações que provejam recursos para investimentos que gerem empregos, onde aquela primeira ação apresenta um sentido efetivo.

A questão urbana

A institucionalidade que perpassa o Estado faz do território da modernidade lugar de exclusão

Parte da reflexão feita por Sergio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil”¹ evidencia as diferenças entre a colonização espanhola e a colonização portuguesa no modo de se fixar no continente “conquistado” e, conseqüentemente, no modo como os grupos sociais foram se formando a partir desta ocupação – o que ele vai chamar de “os ladrilhadores e os semeadores”.

Enquanto os espanhóis foram “ladrilhadores” de cidades planejadas, de núcleos urbanos e agrupamentos sociais bem ordenados, o que buscava ser uma extensão da metrópole que imprimia a “aspiração de ordenar e dominar o mundo conquistado” (HOLANDA, 1995: 96), os portugueses, na verdade, foram semeadores de cidade irregulares, construídas e moldadas de acordo com as circunstâncias do local e da época, e conforme as vontades e necessidades dos grupos que ali estavam. O que funcionava no momento da formação de um determinado espaço urbano para os fins de exploração comercial, riqueza rápida, impostos pelos portugueses, era executado. Nesse sentido as ocupações portuguesas se fixavam sempre no litoral e ali se formavam os novos espaços urbanos e se aglutinavam os grupos sociais em torno daquele espaço com vistas a escoar a exploração portuguesa no Brasil da forma mais rápida possível.

1 Em Raízes do Brasil, trabalho publicado pela primeira vez em 1936, Sergio Buarque de Holanda busca interpretar o Brasil a partir do conhecimento do passado, especialmente, dos traços da colonização portuguesa que marcaram a formação da sociedade brasileira moderna.

A herança portuguesa deixada nesse sentido para a sociedade brasileira está marcada por um modo de agir sem planejamento, sem plantar alicerces, em busca de uma riqueza fácil.

Quando falamos do *homem cordial*, esse conceito reinterpretado por Sergio Buarque para descrever o que há de típico na formação social brasileira, mas que vem pautado pela herança descrita anteriormente, estamos falando das bases do tradicionalismo familiar e do personalismo que não permitiram a constituição de uma sociedade urbana moderna no Brasil.

O homem cordial, segundo Sergio Buarque, caracteriza-se, principalmente, por uma recusa às relações impessoais, típicas do Estado, por um “horror às distâncias”, por um desejo de estabelecer intimidade, por uma busca em imprimir um fundo emotivo em todas as relações, não importando se elas estão no campo da vida privada ou da vida pública. Muito pelo contrário, significa no limite imprimir uma ética, uma lógica, privada nos espaços públicos.

Numa sociedade marcada por esta herança e por estas características, o público e o privado se misturam. O Estado brasileiro e sua estrutura administrativa fundam-se, portanto, não por interesses objetivos e impessoais, mas sim por um prolongamento do círculo familiar, marcado por interesses particulares, por personalismos, pela esfera da intimidade.

Exclusão social e a produção do espaço urbano

A produção do espaço urbano no Brasil está marcada por esta origem primeira, sociológica e cultural, que é rica de consequências ao longo de nossa história. Não por acaso, quando a intensificação da industrialização levou a um rápido processo de urbanização, entre as décadas de 50 e 60, as cidades cresceram não segundo as premissas do planejamento urbano, de modo a acolher dignamente as populações que acorriam a elas, mas orientadas pelos interesses privados e pela omissão do Estado.

O que ditou a urbanização brasileira em tal período foi, exatamente, a ausência de planejamento público e a atuação intensa de grupos privados que, movidos pela lógica da especulação imobiliária, empurraram os que chegavam às cidades a suas periferias. A dinâmica de tal processo era relativamente simples: loteamentos e ocupações periféricas, permeados de vazios, obrigavam o poder público a disponibilizar transportes, água, energia, etc. aos pontos extremos do espaço urbano. O efeito era imediato: as glebas de terras não ocupadas, incrustadas entre o centro e a periferia se valorizavam, propiciando ganho de capital a seus detentores.

A estas “soluções” de encomenda para a população de baixa renda somaram-se as velhas formas de segregação, como os cortiços, além da favelização, que realiza de forma contundente um processo de urbanização excludente e, em larga medida, fundado na violência recorrente da ausência de acesso aos serviços públicos básicos.

A cidade, em seu dinamismo, condenava, portanto, à subcidadania.

Nesse sentido preciso, um projeto de desenvolvimento socialista tem como compromisso de primeira hora alargar a cidadania, trazendo para o lócus por excelência da sociedade política o acesso efetivo aos direitos sociais de que se encontram privados partes significativas das populações cidadinas.

* * *

As questões tratadas acima, ou seja, diferenciação entre crescimento e desenvolvimento econômico, expectativa de ampla participação popular na definição dos rumos estratégicos do país e estabelecimento de um ambiente urbano efetivamente inclusivo e promotor das potencialidades da população brasileira, cujo índice de urbanização beira os 85%, são elementos essenciais ao projeto de desenvolvimento do PSB.

A questão urbana, a propósito, será o tema da aula 4 do curso **Formação Política e Cultura**. Procura-se, desse modo, compreender as questões próprias ao desenvolvimento privilegiando o recorte socioterritorial e localizando-o, concretamente, na vida dos brasileiros e brasileiras que anseiam por melhor qualidade de vida e maiores oportunidades de realização de suas potencialidades.



Antecedentes históricos do desenvolvimento capitalista

Acumulação primitiva do capital

“O desenvolvimento econômico é um processo histórico de acumulação de capital e de aumento da produtividade por que passa a economia de um país levando ao crescimento sustentado da renda por habitante e à melhoria dos padrões de vida da população dos países. O quadro econômico-social em que esse processo histórico tem início é o da Revolução Capitalista, dessa transformação tectônica por que passaram os países europeus, algumas ex-colônias inglesas e o Japão, entre o século quatorze e o século dezenove; o quadro político é o da formação dos modernos estados-nação; o quadro cultural, o da transição para a modernidade. Terminada a Revolução Capitalista, o desenvolvimento continua a ocorrer nesses países, e se estende para novas levas de estados-nação, porque o capitalismo é intrinsecamente dinâmico.

Entretanto, não há nada de assegurado em relação às taxas de desenvolvimento econômico. Em alguns países o desenvolvimento ocorre de forma acelerada, em outros se arrasta, e o país entra em decadência relativa. No longo prazo dificilmente regride, porque a acumulação de capital em uma economia tecnologicamente dinâmica e competitiva como é a capitalista passa a ser uma condição de sobrevivência das empresas, mas as taxas de crescimento econômico são tão díspares que fica claro que a sorte econômica dos estados-nação está longe de estar assegurada” (BRESSER, 2006: 1).

Para que se possa tratar adequadamente do tema objeto deste documento é necessário desenvolver alguns elementos conceituais, de tal forma que se possam

contextualizar as teses que serão desenvolvidas, bem como compreender as posições políticas assumidas pelo PSB, com relação à questão do desenvolvimento.

Sob tal aspecto o primeiro fenômeno a ser abordado, ainda que de maneira muito rápida, é o da *acumulação primitiva do capital*. Do ponto de vista da teoria marxista, a acumulação primitiva é uma categoria lógica e histórica, essencial para que se compreenda a gênese capitalista e a natureza deste modo de produção.

Se considerarmos primeiramente o aspecto histórico, a acumulação primitiva corresponde a um enorme conjunto de processos concretos, que levaram a diferentes níveis de expropriação das massas populares. No continente europeu o fenômeno está implicado com a dissolução do feudalismo, fenômeno que modificou de modo radical as relações econômicas no campo, assim como as relações sociais em sentido amplo.

O fechamento dos campos na Inglaterra – processo particularmente ilustrativo no tema que se está abordando – eliminou séculos de servidão que, de uma parte obrigava as massas populares a prestarem serviços sem contrapartida para a aristocracia, por outro lado lhes franqueava o uso de terras e pastagens, assegurando, nas condições técnicas existentes, um modo de vida que não envolvia a separação radical entre o produtor e os meios de produção.

A expansão ultramarina europeia, a emergência de um surto ainda incipiente de urbanização, a acumulação de capitais no comércio colonial e mesmo entre as potências da época – países ibéricos, países baixos, cidades-estados italianas e Inglaterra – criaram, contudo, um ambiente que viria a transformar a lógica da produção, que em lugar de se realizar para as necessidades imediatas dos

produtores, se converteria em artigo de venda no mercado e, em consequência, objeto de lucro. A terra, portanto, que propiciava até então as formas feudais de apropriação de sobretrabalho, particularmente a corveia, transforma-se ela mesma em elemento da produção capitalista, produtora de riqueza, à medida que permite extrair em escala ampliada trabalho não remunerado.

É por este aspecto que o fechamento dos campos na Inglaterra é essencial à compreensão da gênese capitalista: este processo levou à separação radical entre produtor e meios de produção, inventou o trabalhador moderno, que se apresenta ao mercado, dispondo apenas de sua própria força de trabalho para alienar.

A gênese em questão, para ser corretamente compreendida, precisa ser tratada também de modo lógico, teórico, porque é uma gênese que se repõe indefinidamente, como condição própria ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Desta forma, ao se universalizar, o capitalismo reproduz e repete indefinidamente a expropriação dos meios de produção de que se origina, aumentando indefinidamente a disponibilidade de trabalhadores que só podem contar com sua força de trabalho para sobreviver.

Acumulação primitiva e colonialismo

A acumulação primitiva é, a um só tempo, um processo de expropriação dos meios de produção e de dissolução de todas e quaisquer formas pretéritas de relações de trabalho e um fenômeno extra econômico, ou seja, regido pela violência, por meio do qual os produtores foram apartados dos meios de produção.

A escala deste apartamento, contudo, não é europeia e não se limita ao período de gênese capitalista na Europa. A espoliação colonial e neocolonial são

partes integrantes da acumulação primitiva, se não se constituírem em um de seus elementos mais significativos, tanto do ponto de vista da acumulação, quanto da instituição da hegemonia capitalista sobre a totalidade do planeta.

É preciso pensar, portanto, que ao estender seus domínios sobre o planeta, as nações centrais não apenas saquearam e bandearam as riquezas e recursos naturais dos países colonizados, mas também produziram, de modo sistemático, a destruição de todas as formas tradicionais de produção que encontraram pela frente.

É dentro deste contexto que se deve compreender a partilha da África, especialmente em fins do século XIX e princípios do XX, a colonização da Índia e da China, o decaimento do escravismo colonial, cujo grande combatente foi a Inglaterra, totalmente interessada e engajada em universalizar o trabalho assalariado.

As revoluções industriais

A primeira revolução industrial integra o conjunto de processos associados à emergência da sociedade burguesa, que se consolidaria sobre uma base efetivamente industrial a partir dos princípios do século XVIII. Tratou-se, a princípio, de um fenômeno inglês, que viria se reproduzir com defasagens temporais variáveis, nos países baixos, França, entre outros países europeus. Juntamente com a Revolução Francesa e a guerra de independência dos Estados Unidos, a revolução industrial configura um período de revoluções burguesas, que viriam a provocar rupturas definitivas com o mundo feudal e todas as relações sociais que se lhe associam.

É preciso observar, contudo, que a revolução industrial operou em uma

escala infraestrutural, modificando de maneira radical o modo como se processava a vida das pessoas, desde os processos de trabalho, os locais de moradia, as relações de gênero e parentais e assim por diante. As relações típicas de um homem da idade média implicavam a vida no campo, relações de servidão para com o senhor de terras, produção artesanal de seus meios de subsistência, uso comum dos campos. Com o advento do fechamento dos campos, da emergência do comércio mundial e da indústria moderna, este cenário passou por uma mudança profunda e radical, em um intervalo de tempo extremamente curto. Desta forma, ao menos na Inglaterra, em meados do século XIX, uma parte expressiva da população já havia se dirigido às cidades, encontrava-se completamente expropriada dos meios materiais de produção, e sem qualquer acesso aos campos de que eram originárias.

As condições de vida dessa população eram as mais terríveis possíveis, tanto pelo fato de se submeterem a jornadas de trabalho que facilmente atingiam 16 horas diárias, quanto por viverem na mais completa insalubridade. Friedrich Engels descreveu em seu livro *As condições da classe trabalhadora na Inglaterra em 1844*² o modo de existência do proletariado nascente, sujeito à superexploração e sem qualquer ordem de garantias que pudessem evitar seu mais absoluto depauperamento.

Do ponto de vista da técnica produtiva, a revolução industrial implica a superação da ferramenta e da força humana pela máquina, que em seu desenvolvimento viria a subordinar à sua lógica e mecânica toda a atividade do trabalhador. Não se trata mais, portanto, como ocorria no artesanato, da execução

2 ENGELS, Friedrich. *The condition of working-class in England in 1844*. New York: 2008. Cosimo, Inc. Publicação original: 1892.

magistral de um ofício, mas da atenção irrestrita aos movimentos da máquina, ao qual o trabalhador subordinava toda sua atividade. Se a primeira revolução industrial esteve baseada na máquina a vapor e no carvão, a segunda grande onda de inovação tecnológica, ocorrida fundamentalmente a partir de 1870, se fundamentou na utilização da energia elétrica, dos motores a explosão, dos corantes sintéticos, contanto ainda com o surgimento de um elemento comunicacional de importância ímpar, o seja, o telégrafo.

Esta mudança de padrão tecnológico teve consequências impressionantes e profundas sobre a organização do modo de produção capitalista, sobre a vida corrente dos habitantes de todo o planeta e para os arranjos geopolíticos que se relacionam à emergência do neocolonialismo, a partir de meados do século XIX.

O simples fato de que os motores a explosão passassem a ser utilizados em larga escala propunha o problema do controle sobre o fornecimento de petróleo; a siderurgia, por outro lado, mudou completamente de escala e padrão tecnológico, aumentando de maneira significativa a produção de aço e a utilização de alumínio. A difusão da energia elétrica e de suas diferentes aplicações, como a lâmpada incandescente inventada em 1879, colocava na ordem do dia a produção de energia e, portanto, o acesso a reservas de combustíveis fósseis.

A velocidade de deslocamento propiciada pela melhoria nos transportes – estradas de ferro, embarcações, etc. – ampliou e criou mercados, uma vez que tornaram economicamente viável produzir um rol maior de bens para comercialização a longas distâncias.

A terceira revolução industrial eclode no imediato pós-segunda guerra

mundial, envolvendo a incorporação da robótica, da genética e de tecnologias progressivamente mais sofisticadas ao processo produtivo. Diferentemente, contudo, das duas ondas de inovação anteriores, que tinham paradigmas tecnológicos relativamente bem marcados, o que chama de fato a atenção na terceira revolução industrial é o fato de que ocorre uma mudança fundamental no **processo** produtivo enquanto tal, na medida em que a própria ciência se vê inserida no cerne mesmo da geração de produtos e serviços.

A incorporação da ciência como elemento inerente ao processo produtivo, a conversão da técnica em tecnologia, conferem ao capitalismo uma faculdade até então inusitada de expansão, de criação de mercados e produtos.

A pujança, o poder de acumular e de expandir indefinidamente, colonizando e capturando todo o existente para a ótica capitalista tem, contudo, contrapartidas de proporções igualmente imensas. A mais evidente, sem margem a dúvidas, é aquela que se refere ao meio ambiente e, conseqüentemente, à *sustentabilidade* da economia capitalista a longo prazo.

Há, contudo, efeitos culturais de proporções importantíssimas, como o consumismo desenfreado, que não pode ser compreendido apenas como um fenômeno econômico, mas deve ser considerado como o mais elevado grau de alienação do ser humano, em que se efetiva a colonização do imaginário, por forças e poderes que lhe são completamente estranhos. Não por acaso, grande parte da produção do marxismo contemporâneo e, em particular, aquele produzido pelos diferentes pensadores da Escola de Frankfurt, se ocupou do que chamaram de vida administrada, ou seja, a instituição de uma lógica cultural que procura subordinar o imaginário e o desejo às necessidades imediatas de reprodução ampliada do capital.



A luta para superar o modelo agrário-exportador

Como já foi abordado no texto de referência da aula 2, a lógica de expansão capitalista, ocorrida a partir das conquistas ultramarinas europeias, conduziu as nações que não lograram desenvolver-se a uma inserção subalterna na economia mundial.

É preciso considerar, contudo, que parte significativa dessa inserção subalterna se processou não como resultado natural da operação do modo de produção capitalista, mas por força de ações extra econômicas como, por exemplo, as guerras de ocupação, que se associam de modo recorrente a sua expansão internacional. É fundamental destacar a natureza extra econômica que envolve países centrais e países de diferentes graus de desenvolvimento capitalista, nas relações e disputas internacionais, para que se possa resgatar o fato de que à exploração do trabalhador enquanto tal se superpõe um processo de espoliação de caráter amplo, nacional. Nesse sentido preciso, a luta pela emancipação nacional é parte inerente das tarefas de que se apresentam às massas populares, seja esta pensada em termos do processo revolucionário, esteja no contexto da redução das disparidades de desenvolvimento capitalista ao longo do mundo.

Na história republicana do Brasil, período histórico para o qual faz sentido falar de luta pela emancipação nacional, foram relativamente poucos os governos que efetivamente se alinharam em torno das teses do desenvolvimento

e da superação da inserção subalterna nas relações internacionais e na economia mundial. Para que se possa compreender e atualizar as tarefas que se apresentam aos desenvolvimentistas no presente momento histórico, faz-se necessário resgatar as grandes linhas das realizações.

Avanços da era Vargas

Como já descrito anteriormente, e em aulas anteriores deste Curso de Cultura e Política, com a crise de 1929, a demanda mundial de café cai significativamente e no mercado internacional sofre uma queda de cerca de 60%, acontecendo o mesmo com os demais produtos primários exportados pelo Brasil e por outros países da América Latina. Frente a este contexto, o governo de Getúlio, que assume o poder a partir de uma revolta militar em outubro de 1930, propõe a desvalorização da moeda e o cancelamento de parte do pagamento da dívida externa brasileira. A desvalorização reduz as perdas dos cafeicultores, mas os preços do café continuam caindo, quando surge então a política adotada pelo governo de comprar café, estocá-lo depois queimá-lo para diminuir o excedente de produção.

Nesse sentido, o governo buscava manter a economia de mercado interno, sustentada em torno da renda gerada pelo café e congelada pelas políticas governamentais. Ao mesmo tempo, como os produtos importados haviam ficado mais caros, as indústrias que já existiam no país passariam a atender a demanda interna, ocupando a sua capacidade ociosa e até comprando bens de capital de segunda mão. Além disso, o governo cria também, nesse mesmo período, uma Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil para estimular e apoiar o crescimento da capacidade produtiva das empresas nacionais (BARBOSA, 2008).

Desta forma, em 1933 o país já havia superado a crise, muito antes dos Estados Unidos. No período entre 1929 e 1937, se a capacidade para importar havia caído 33% - ou seja, os preços dos produtos importados haviam ficado 33% mais caros para cada US\$ 1,00 de volume exportado – a renda industrial e agrícola obtida a partir da produção para o mercado interno havia crescido 50% e 40%, respectivamente.

Os termos da relação entre capital industrial e produção cafeeira haviam se invertido. Agora a produção industrial para o mercado interno possibilitava o aumento do PIB nacional, enquanto o café ocupava um papel subordinado, gerando as divisas necessárias para a compra de máquinas e equipamentos.

As conquistas da era Vargas não se limitam, contudo, à esfera econômica, em que se estimulou com grande êxito o modelo substitutivo de importações, que viria a criar as bases do desenvolvimento industrial no Brasil. O período em questão tem enorme importância do ponto de vista social e político, visto que são suas realizações:

- 1. Criação do salário mínimo e vedação de que funções similares percebessem remunerações distintas;*
- 2. Jornada de trabalho de oito horas (que atingia essencialmente ocupações urbanas);*
- 3. Proibição de trabalho de menores de 14 anos, vedação de trabalho noturno para menores de 16 anos, aplicando-se o limite de 18 anos, em caso de ocupação insalubre;*
- 4. Repouso semanal, férias remuneradas, indenização no caso de demissão sem justa causa;*

5. Instituição do voto secreto e do voto obrigatório para maiores de 18 anos;
6. Reconhecimento do direito de voto das mulheres, previsto no Código Eleitoral de 1932 e na Constituição de 1934;
7. Criação da Justiça do Trabalho e da Justiça Eleitoral;
8. Nacionalização das riquezas do subsolo e quedas d'água no país;
9. Criação da Petrobras, Companhia Vale do Rio Doce, entre outras estatais que se demonstrariam essenciais ao amadurecimento da indústria nacional.

Realizações de Juscelino

“Seguindo os passos de Celso Furtado e de Carlos Lessa, observa-se que até 1953, o país não contou, de fato, com uma política deliberada de desenvolvimento. O que havia era uma “industrialização de tabela”, sem coordenação e planejamento estatal. Inicialmente, a indústria havia se favorecido indiretamente da defesa do café” (BARBOSA, 2008: 19)

Juscelino Kubitschek quando chega ao governo, em 1956, inaugura a chamada “fase desenvolvimentista” da economia brasileira.

Ele propõe um Plano que faria o país crescer “50 anos em 5”, onde o Estado conseguisse articular grandes somas de investimentos privados para desenvolver suas indústrias de base, a construção naval e aeronáutica, e desenvolver o setor de infra-estrutura, como hidrelétricas e estradas, além da indústria de bens de

consumo duráveis, como destaque para a indústria automobilística. Tratava-se de conjunto de 30 objetivos a serem alcançados em diversos setores da economia, que se tornou conhecido como Programa ou “Plano de Metas”. O Plano no último minuto viria a se transformar num Plano de 31 metas, a chamada “meta-síntese” que seria a construção de Brasília e a transferência da capital federal.

A ideologia na época, por trás do Plano de Metas, era a de que era necessário investir em industrialização para escapar do subdesenvolvimento e a premissa básica era a de que as metas deveriam ser definidas e implementadas em estreita harmonia entre si, para que os investimentos em determinados setores pudessem refletir-se positivamente na dinâmica de outros. O crescimento ocorreria, portanto, em cadeia. Uma meta de mecanização da agricultura, por exemplo, indicava a necessidade de fabricação de tratores, o que levaria ao estímulo e ao alcance de outra das 31 metas, aquela voltada à indústria automobilística.

O Plano de Metas mencionava cinco setores básicos da economia, abrangendo várias metas cada um, para os quais os investimentos públicos e privados deveriam ser canalizados. Os setores que receberam mais financiamento do governo foram o de energia, transporte e siderurgia - num total de 93% dos recursos alocados – já os subsídios e estímulos eram destinados aos outros setores, como alimentação e educação, que se observarmos o percentual de recursos alocado, não receberam a mesma priorização que os outros.

Muitas das metas eram bastante ousadas e ambiciosas, mas acabaram por apresentar resultados positivos. O crescimento das indústrias de base, por exemplo, foi de praticamente 100% no período entre 1956-1961.

A partir do Plano de Metas, o país diversifica a sua estrutura produtiva, sendo agora capaz de produzir automóveis, aviões, produtos eletrônicos e máquinas de vários tipos. No setor petrolífero investiu na Petrobrás e dobrou sua produção. No setor siderúrgico investiu na Companhia Siderúrgica Nacional – CSN – e na Belgo-Mineira (capital misto), que observou crescimento de 80%. Já no setor de comunicações, criou-se a Embratel, havendo ainda grandes investimentos da Eletrobrás, com duplicação de sua produção.

As cadeias produtivas destes setores dinâmicos – liderados por empresas multinacionais, ou por empresas estatais, como no caso da Embraer, criada em 1962 – também se internalizam como no caso do parque de autopeças, composto basicamente de empresas de capital privado nacional. Desta forma, as multinacionais alavancam os setores de bens de consumo duráveis, tendo como fornecedoras as empresas de capital nacional, e o Estado cuidando da indústria de base – siderurgia, alumínio, minérios – além do fornecimento de energia elétrica, petróleo e da infraestrutura de transportes.

O Plano de Metas de JK aproveita-se também da expansão industrial para implantar políticas setoriais de estímulo às empresas multinacionais, com vantagens fiscais e cambiais, desde que estas nacionalizassem ao menos 90% da sua produção (BARBOSA, 2008).

A partir de 1958 ocorre o desequilíbrio do balanço de pagamentos, devido à quantidade de empréstimos externos, com prazos curtos que o Brasil havia contraído, e ao rompimento do governo de Juscelino com FMI no ano seguinte, em 1959. Em 1962 cai o crescimento da indústria, devido a crises internas causadas pela dependência externa.

É importante observar, que apesar da grande diversificação industrial induzida pelas políticas preconizadas pelo Governo Juscelino, não se superaram as condições estruturais que levavam o Brasil a uma inserção subalterna na economia mundial. A rigor, a produção de pesquisa e tecnologia continuava a ser realizada no exterior, de tal forma que o país se transformou em um grande parque *montador* de produtos de consumo durável, sem exercer domínio sobre os processos de produção propriamente ditos.

Na indústria de transformação, os desdobramentos seriam distintos, mas ocorreriam a prazo mais longo. A Petrobras é exemplo dessa condição, ao desenvolver tecnologia de ponta, em termos mundiais, relativamente à exploração de petróleo em águas profundas.

O modelo privilegiava, ainda, inclusive por força da imaturidade tecnológica do país, a exploração de mão de obra barata e abundante, não induzindo o mesmo efeito virtuoso, que se observou no imediato pós-guerra dos países centrais, onde se materializou a “era de ouro do capitalismo”, segundo indicação de Eric Hobsbawm.

A ditadura e seu projeto de modernização conservadora: PND II

Como ressaltava Bresser-Pereira em análises de meados da década de 1970, antes do lançamento do II PND, o modelo de desenvolvimento adotado durante o regime militar foi um “modelo econômico de desenvolvimento que se caracteriza pela modernização da economia, pela concentração da renda nas classes altas e médias e pela marginalização da classe baixa” (BRESSLER, 1973).

Naquele momento ele já chamava a atenção para o fato que um modelo como este, baseado na concentração de renda e num novo tipo de dependência externa, facilitavam o processo de desenvolvimento mas criavam distorções sociais profundas e uma significativa dependência econômica, que viriam, uma hora ou outra, a ser enfrentadas pelo país (BRESSER, 1973).

Por volta da segunda metade da década 1970, o mundo enfrentava o primeiro choque do petróleo e o Brasil sofria, conseqüentemente, os efeitos de uma queda brutal na demanda dos países desenvolvidos.

Nesse contexto, o governo Geisel lança o II Plano Nacional de Desenvolvimento – o II PND – que ao invés de propor medidas de contenção econômica, aproveitava-se das empresas estatais e dos recursos disponíveis no mercado financeiro internacional, para estimular projetos de geração de energia e de incentivo à produção de máquinas e equipamentos e de insumos básicos para as áreas petroquímica, siderurgia, metais não-ferrosos e fertilizantes (BARBOSA, 2008).

O II PND estava focado, portanto, em fortalecer o crescimento industrial de insumos básicos e de bens de capital, além de promover o investimento em pesquisa, prospecção, exploração e refinamento de petróleo dentro do Brasil, e o investimento, também, em fontes alternativas de energia, como o álcool e a energia nuclear. Tudo isso com o objetivo de reduzir a dependência externa de bens de capital e petróleo.

O Brasil era, à época, altamente dependente desse último produto, principal componente da sua matriz energética. Paralelamente, o consumo no país vinha

crescendo a taxas altíssimas, sendo que cerca de 80% do petróleo consumido provinha de importações.

Os investimentos propostos pelo II PND, por sua vez, eram financiados por empréstimos externos, muitos dos quais foram contraídos diretamente por empresas estatais, como Eletrobrás, Petrobrás, Siderbrás, Embratel, que acabaram por financiar os déficits em transações correntes do balanço de pagamentos do país.

O ciclo de endividamento externo foi duramente impactado, contudo, pela drástica mudança das políticas monetárias dos países centrais, particularmente Estados Unidos, que aumentaram suas taxas de juros, onerando a dívida de todos os países do terceiro mundo e diminuindo a liquidez e disponibilidade de capitais nos mercados financeiros internacionais. O que se observou nesse período foi o repatriamento dos capitais americanos, atraídos por juros mais elevados e ambiente econômico mais seguro.

Podemos dizer que se por um lado o II PND permitiu que o Brasil conseguisse desenvolver e dominar todo o ciclo produtivo industrial - ainda que sem ter domínio tecnológico sobre o mesmo -, por outro tudo isso aconteceu com custos altíssimos para a economia do país, que se vê às voltas com crises recorrentes de financiamento da sua dívida externa, sendo obrigado a decretar a moratória no final de 1982.

Uma síntese econômica do longo período que vai de Getúlio Vargas até o fim do regime militar:

Alexandre Barbosa (2008), em material produzido recentemente para o Curso de Formação Política da Fundação João Mangabeira, sintetiza aspectos econômicos comuns desse período de industrialização e crescimento econômico no Brasil, que foi de 1930-1980, passando por regimes democráticos e autoritários, e por diferentes estratégias de desenvolvimento.

- *O Brasil registrou taxas de crescimento nesse período que superavam o Japão, cerca de 6% ao ano em média;*
- *O país que tinha taxas de 60% da população vivendo no campo no começo do período, urbanizou-se e se industrializou;*
- *O modelo industrial, no entanto, baseou-se na cópia, e não na inovação tecnológica, deixando o país refém das decisões das empresas multinacionais;*
- *O modelo industrial adotado tinha um mercado restrito às parcelas mais ricas da população;*
- *Não se conseguiu criar, nesse mesmo período, um sistema financeiro nacional, mais um fator que levou a uma forte dependência das mudanças e alterações econômicas e financeiras internacionais;*
- *O nível de emprego total e o emprego assalariado, especificamente, cresceram bastante nesse período. Em 1980, por exemplo, mais de 2/3 da classe média brasileira estava composta de trabalhadores assalariados. Cria-se, portanto, uma classe trabalhadora nacional, respaldada por uma legislação trabalhista organizada, no essencial, na era Vargas.*

A reconstrução democrática e a luta contra a inflação

Neste período de crise que vai até o Plano Real, em que plano após plano fracassava no combate à inflação, permitindo com que se degradassem ainda mais os indicadores de concentração de renda, o debate econômico brasileiro ficou preso a questões conjunturais. Havia se perdido a preocupação com o desenvolvimento e com a necessidade de um projeto de longo prazo para o país (BARBOSA, 2008: 23).

Com o final da ditadura militar, o primeiro governo eleito indiretamente foi o de Tancredo Neves, sucedendo o último militar no poder, João Figueiredo. Tancredo foi candidato na chapa PMDB/PFL, cujo vice era José Sarney que acabou assumindo o governo devido à morte do primeiro, ainda no início do mandato.

O governo José Sarney lança, em 1986, o plano Cruzado, um plano econômico criado pelo então ministro da Fazenda, Dilson Funaro, elaborado num contexto de altos índices de inflação no Brasil - taxas anuais de inflação de 2000% - que já vinham crescendo em períodos anteriores. As principais medidas tomadas pelo plano Cruzado foram: a) a moeda passa de Cruzeiro para Cruzado, convertendo-se à razão de 1.000/1; b) congelamento dos preços em todo o varejo.

O fracasso do Plano Cruzado pode ser creditado à dificuldade de se impor o congelamento de preços em uma economia de mercado. A rigor, o que se viu na sequência da edição do plano econômico foi um curto período de estabilidade de preços, a que se seguiu forte desabastecimento e criação de mercados negros, ou seja, em que se transacionam bens acima dos preços oficiais ou congelados.

Depois disso foram lançados outros planos para combater a inflação: o Plano Cruzado II, o Plano Bresser, e o Plano Verão. Mas nenhum deles foi capaz de retomar o crescimento econômico, conter a inflação e controlar o aumento brutal da dívida interna e externa. Sarney deixou a presidência em 1990, sem conseguir equilibrar as contas do país, nem a inflação.

É importante ressaltar que este período de luta pela recuperação da economia brasileira foi paralelo ao momento de redemocratização do país e de elaboração da nova Constituição pós-ditadura militar. Sarney convoca no início de 1987 uma Assembleia Constituinte, para elaborar uma nova Constituição, que é promulgada em 1988, e viria a ser conhecida desde então como a *constituição cidadã*, que ampliou uma série de direitos sociais, reforçando mecanismos de participação popular. É legítimo concluir, portanto, que pouco eficaz no terreno econômico, o Governo Sarney prestou um grande serviço à nação, realizando a transição democrática com grande maturidade e respeito à pluralidade político-ideológica. Basta lembrar, quanto a este aspecto, que neste período foram legalizados os partidos comunistas, que estiveram sujeitos à clandestinidade em grande parte de suas histórias.

Em 1989 são realizadas, portanto, as primeiras eleições diretas para a Presidência da República e é eleito pelo voto popular Fernando Collor de Mello, que lança o Plano Collor assim que toma posse em 1990. A principal medida do plano em questão foi o bloqueio dos haveres financeiros no país – bloqueio das poupanças e aplicações financeiras dos cidadãos, até um determinado valor estipulado à época.

Houve relativa estabilidade monetária nos meses que seguiram ao plano, mas passado um ano a inflação já voltaria a níveis altíssimos. Muito economistas

avaliam que o Plano era bem desenhado, mas por pressões sobre o governo e erros de gerenciamento ele teria falhado, ao passo que outros observam que o plano em si era inaplicável, por que “manter a retenção dos haveres financeiros naquela escala era impossível, pois implicaria a paralisação do sistema de pagamentos e uma grave crise bancária” (CARVALHO, 2003: 283).

Collor deixaria o governo dois anos depois, devido a um processo de impeachment, assumindo seu então vice Itamar Franco.

No governo Itamar é lançado o Plano Real, que logrou êxito em superar o cenário hiperinflacionário no qual vivia o país. A gestão Itamar, além de se caracterizar por materializar um governo de união nacional, foi exitosa na operacionalização do Plano Real e na constituição das alianças que viriam a consolidar o horizonte de estabilidade monetária, do qual o País desfruta ainda hoje. Nunca é demais lembrar que com a estabilização dos patamares inflacionários e acomodação dos conflitos distributivos que estavam em sua base, o Brasil pôde, enfim, adentrar um cenário econômico de crescimento – mesmo que moderado –, superando décadas de estagnação, desesperança e empobrecimento. Tais méritos devem ser creditados ao governo Itamar, ao qual muito comumente não se reconhece em sua devida proporção, nos êxitos que o Brasil atingiu no período mais recente.

O debate sobre os méritos do Plano Real e acerca das razões que explicariam seu êxito é bastante complexo, não cabendo detalhá-lo neste documento. De forma bastante rápida pode-se dizer, contudo, que um dos méritos do Plano foi o de ter atuado sobre as finanças públicas, procurando disciplinar as práticas orçamentárias, o que permitiu, a sua vez, que se gerisse a política monetária de forma ativa.

Há que se considerar, contudo, que houve práticas de política econômica que se pode considerar questionáveis, até mesmo porque talvez não fossem essenciais ao êxito da estabilização monetária. Sob esse aspecto vale citar a abertura da economia nacional, que sob o mote do aumento da produtividade, penalizou as empresas brasileiras, com a forte apreciação do real frente ao dólar, bem como a política de privatizações, que transferiu ativos públicos a preços questionáveis.

No que se refere às privatizações, nunca é demais observar que elas ocorreram sem a consulta à nação – legítima proprietária dos ativos alienados – e sem uma visão estratégica de longo prazo, uma vez que o governo se subordinou de modo praticamente incondicional à ideia neoliberal de que o mercado é mais eficiente que os governos, para quaisquer fins econômicos.

O período que se segue à edição do Plano Real, coincidindo com os governos de Fernando Henrique Cardoso, não desenvolveu o que se poderia chamar de *projeto estratégico de desenvolvimento*, ou ainda, políticas que buscassem ativamente solucionar pendências históricas do processo de formação econômica do Brasil. Tal condição não elide, contudo, a importância do Governo Fernando Henrique para o processo de consolidação democrática, ao qual emprestou uma grande capacidade de diálogo com diferentes atores políticos e sociais.

Dentre as pendências que remanescem do período de estabilização monetária estão questões estruturais do desenvolvimento brasileiro, tais como a distribuição de riqueza e renda – assimétrica no seio da população brasileira – e a desigualdade regional (problemas mutuamente implicados). Esses eram, portanto, os desafios de primeira hora, que se apresentavam àqueles que militavam por um projeto de nação que excedesse os limites estreitos do credo neoliberal que orientou os governos Fernando Henrique.

Questões contemporâneas relacionadas ao desenvolvimento

As décadas perdidas e articulação dos interesses conservadores

TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO (%)			
Período	PIB	População	PIB per capita
Década de 60 (1961 - 1970)	6,17	2,89	3,19
Década de 70 (1971 - 1980)	8,63	2,44	6,04
Década de 80 (1981 - 1990)	1,57	2,14	-0,56
Década de 90 (1991 - 2000)	2,54	1,57	0,95
Década de 00 (2001 - 2010)	3,98	1,35	2,6

Fonte: FGV e IBGE

As grandes linhas do modo como evoluiu o país a partir de 1980 podem ser encontradas de modo muito claro em desenvolvimentos realizados por Marcio Pochmann³:

- *A crise da dívida externa no início da década de 1980 fragmentou e dissolveu o antigo bloco de poder que dirigiu politicamente o ciclo de industrialização nacional por cerca de meio século (1930 – 1980), ou seja, produtores de bens e serviços para o mercado interno;*
- *Em função das decisões de política econômica adotadas durante o último governo militar (Figueiredo, 1979-1985), dois novos protagonistas (exportadores e financistas) passaram a conduzir, em grande medida, a trajetória nacional durante as duas últimas décadas;*

3 POCHMANN, Revista Fórum, edição 96, Abril de 2011

- *O resultado disso foi o predomínio do baixo dinamismo econômico e da grave oscilação no nível de produção (stop and go econômico);*
- *Para a geração de elevados saldos de exportação, especialmente para um país que mal conseguia até então equilibrar suas contas externas, o Brasil terminou abandonando o seu próprio projeto nacional de desenvolvimento pela via do mercado interno;*
- *A opção pela recessão e contenção do mercado doméstico se mostrou fundamental para a obtenção e sustentação do saldo exportador, necessário ao pagamento dos juros dos serviços da dívida externa. Ou seja, a economia nacional não poderia crescer pelo mercado interno, pois isso tornava insustentável a manutenção das exportações;*
- *A partir da década de 1980, por mais de vinte anos, o quadro geral de semi estagnação da renda per capita foi acompanhado pelo empobrecimento do povo e pela desigualdade pró-rico;*
- *Isso porque a ausência de alternativas de maior rentabilidade produtiva pelo mercado interno transcorreu simultaneamente ao desenvolvimento sofisticado das finanças favoráveis à garantia de retornos extremamente elevados aos aplicadores no mercado financeiro;*
- *Exemplo disso foi o papel de destaque dos rentistas que, assentados no processo de endividamento público e de financeirização da riqueza, absorveram, em média, mais 6% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) ao ano.*
- *Em contrapartida, o aumento em mais de 10 pontos percentuais do PIB da carga tributária, especialmente sobre os mais pobres, assumiu tarefa essencial na geração de significativa transferência de renda conjuntamente com a venda do patrimônio estatal e aumento do endividamento público;*

- *A ciranda das altas finanças operava quase que por compensação ao contexto de baixo dinamismo econômico interno no setor produtivo e em meio à superinflação e desorganização das finanças públicas;*
- *Somente na primeira metade da década de 2000, o Brasil libertou-se da dependência externa, o que lhe permitiu passar da posição de devedor à de credor do Fundo Monetário Internacional.*

Nesse mesmo período o Brasil passou a registrar desempenho econômico satisfatório, com crescimento da produção interna mais de duas vezes superior ao período anterior e queda na taxa de juros, alimentadora da ciranda financeira.

É essencial notar, portanto, que a mudança de cenário entre as décadas de 1980/90 e a primeira década desse século guarda uma relação significativa com as políticas econômicas implantadas pelos governos Lula.

Um êxito dos governos Lula: a abordagem regional

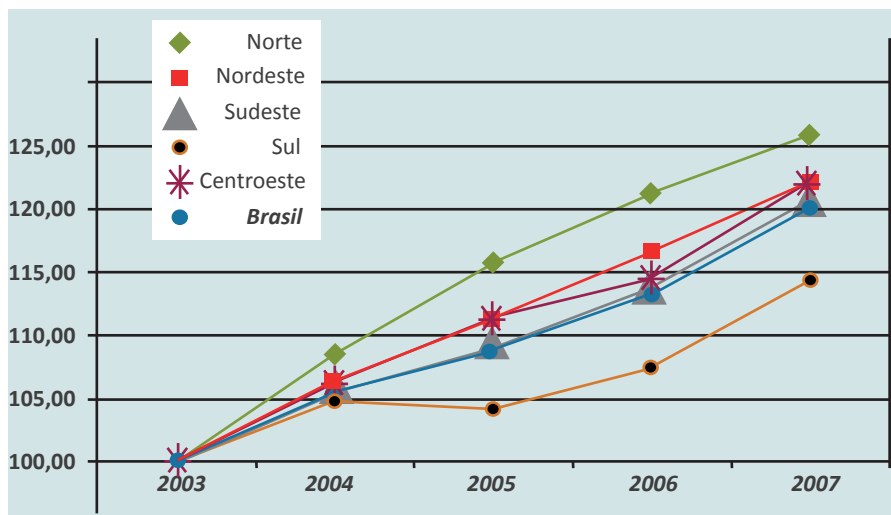
Dentre os diferentes êxitos dos governos Lula, um chama especial atenção: trata-se da dinâmica de desenvolvimento regional que se implantou e que decorreu de políticas ativas, que induziram o crescimento econômico em regiões que, historicamente, ficavam a reboque do sul-sudeste.

Desta forma é possível demonstrar, estatisticamente, que centro-oeste, norte e nordeste adentraram dinâmicas econômicas distintas, criando-se a possibilidade de desenvolvimento autossustentável, que não está baseado nas transferências federais e/ ou exclusivamente na agropecuária.

O resultado dessas políticas se pode sentir claramente, tanto na esfera da produção, quando em termos de indicadores relacionados à renda, como consumo.

Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) - 2003 = 100

Norte e Nordeste crescem mais



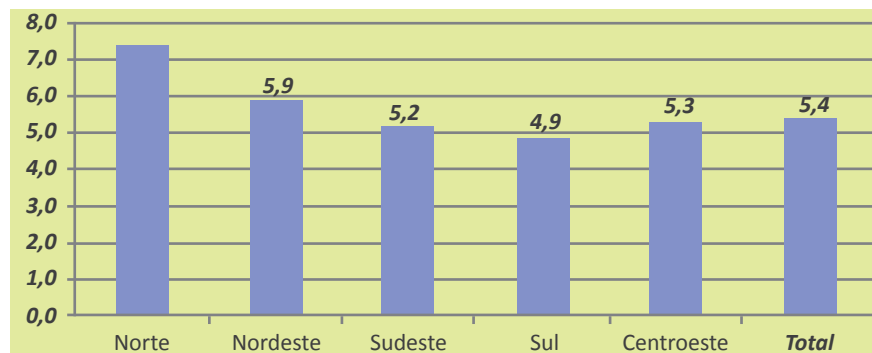
Fonte: BGE Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Planejamento e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Origem: palestra da Profa. Tânia Bacelar na Fundação João Mangabeira.

Taxa anual de crescimento do emprego formal (% a.a) 2003 - 2009

Norte e Nordeste crescem a taxas superiores à média

Fonte: Rais/Caged. Elaboração Leonardo Guimarães Neto. Origem: palestra da Profa. Tânia Bacelar na Fundação João Mangabeira.



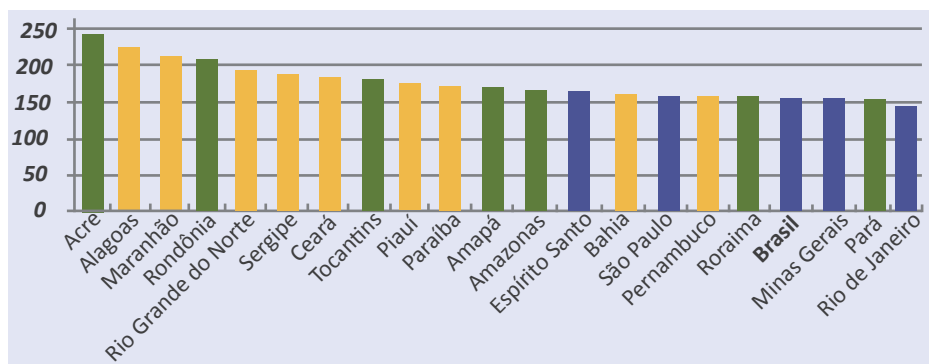
Média anual dos saldos de operações de crédito 2004 - 2009 - (em %)

(*) para 2009, dados de janeiro a novembro. Origem: palestra da Profa. Tânia Bacelar na Fundação João Mangabeira.

REGIÕES	P. FÍSICA	P. JURÍDICA	TOTAL
Norte	38,95	18,58	38,95
Nordeste	35,10	23,70	35,10
Centroeste	26,43	21,46	26,43
Sudeste	30,69	21,74	30,69
Sul	27,50	22,33	27,50
Total das Regiões	30,17	21,91	30,17

Norte e Nordeste lideram crescimento do consumo

Fonte: IBGE/PMC. Origem: palestra da Profa. Tânia Bacelar na Fundação João Mangabeira. Origem: palestra da Profa. Tânia Bacelar na Fundação João Mangabeira.



Evolução do IDH Regional

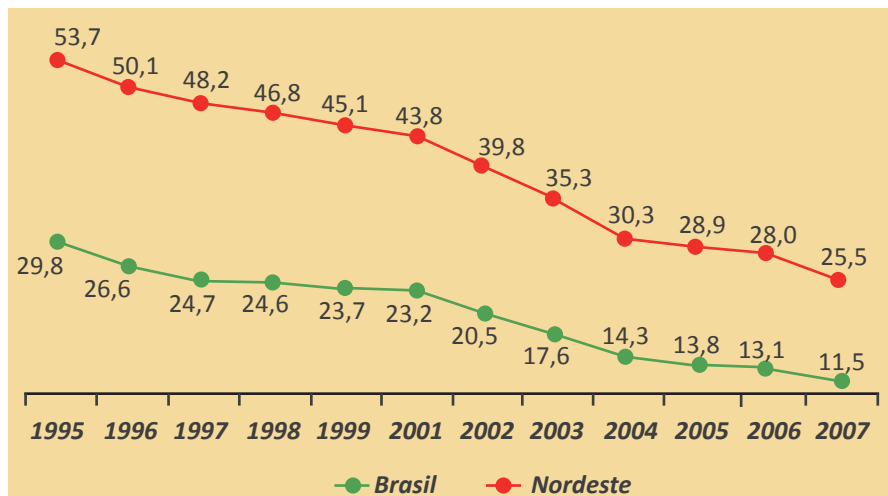
Norte e Nordeste lideram melhoria do IDH

REGIÕES	2003	2004	2005	2006	2007	Var. % 2003-2007
Região Norte	0,749	0,755	0,764	0,772	0,786	4,91
Região Nordeste	0,705	0,713	0,720	0,733	0,748	6,08
Região Sudeste	0,814	0,817	0,824	0,835	0,846	3,89
Região Sul	0,82	0,825	0,829	0,837	0,849	3,52
Região Centroeste	0,802	0,809	0,815	0,824	0,837	4,36
Brasil	0,782	0,787	0,794	0,803	0,816	4,33

Fonte: PNUD (2003/2005) e estimativas do Banco Central do Brasil (2006/2007). Origem: palestra da Profa. Tânia Bacelar na Fundação João Mangabeira.

Redução da pobreza extrema (*)

Nordeste tem queda mais rápida no período 1995-2007



(*) Parcela da população vivendo com menos de $\frac{1}{4}$ do SM per capita. Em SM, a preços de 2007. Fonte: IBGE. PNAD. Estimativa IPEA. Origem: palestra da Profa. Tânia Bacelar na Fundação João Mangabeira.

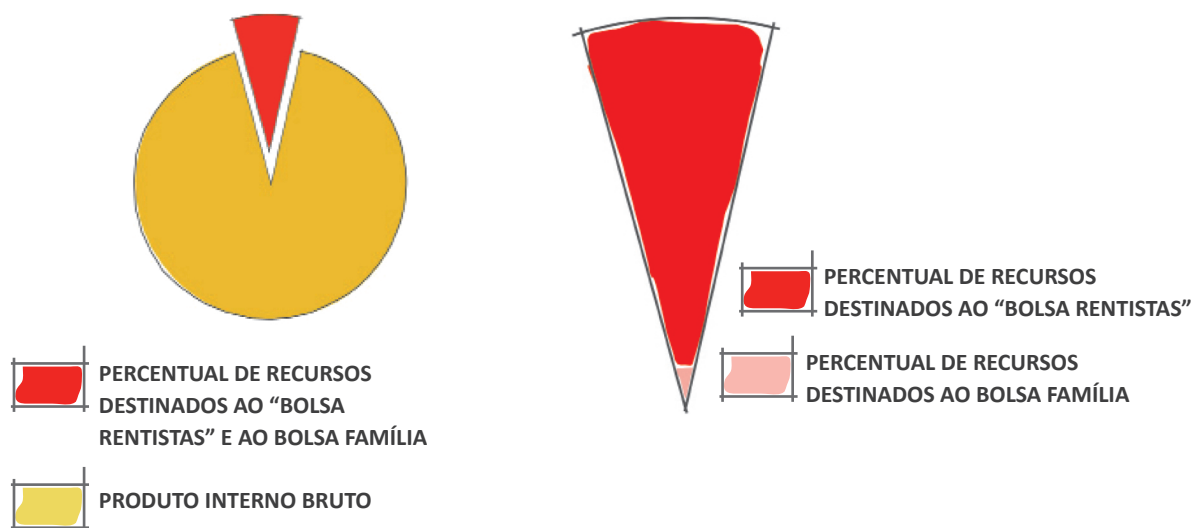
Pendências da pauta desenvolvimentista não superadas pelos Governos Lula

Além disso, “o processo de financeirização da riqueza durante a passagem do século passado para o atual se tornou possível pela organização dos governos de plantão em torno de uma sofisticada macroeconomia portadora de altas taxas de juros e de reorientação do gasto público para a gestão do endividamento do Estado” (POCHMANN, 2010: 6-7)

Os gastos públicos nas áreas sociais já são significativos, mas insuficientes para a reparação da herança decorrente do padrão excludente de repartição da renda nacional. Assim, a composição fundiária segue muito concentrada. O sistema tributário permanece regressivo, com a população pobre pagando mais impostos e os ricos quase incólumes. A estrutura social continua inadequada para garantir a universalidade e a qualidade dos equipamentos e serviços para toda a população.

Medidas de caráter neoliberal, fundadas estritamente na restrição dos gastos sociais, são orquestradas pela lógica da racionalização dos recursos. E, em nome da responsabilidade fiscal, encontram-se em curso dois sistemas de sustentação de renda. De um lado, as taxas de juros básicas estabelecem o nível mínimo de garantia de renda para cerca de 20 mil famílias que vivem da aplicação de suas riquezas no circuito da financeirização. Desde o final da década de 1990, o Brasil vem transferindo anualmente de 5 a 8% de todo o Produto Interno Bruto na forma de sustentação da renda mínima para os ricos. De outro lado, ganhou maior dimensão, desde 2001, a difusão de programas de complementação de renda mínima para

os segmentos miseráveis da população. A cada ano, menos de 0,5% do PIB nacional tem sido transferido para mais de 10 milhões de famílias que vivem em condições de extrema pobreza. Percebe-se, assim, que mesmo na esfera das políticas públicas, as resistências ao enfrentamento da desigual repartição da renda se fazem presentes. (POCHMANN, Le monde diplomatique)



Quatro questões essenciais à configuração do modelo de desenvolvimento

Os gestores das políticas macroeconômicas sabem das limitações que se apresentam a um desenvolvimento autossustentado no Brasil. Tanto assim que diante da incompletude das realizações alcançadas, se mantém uma prática de política monetária e fiscal razoavelmente restritivas, perdurando o quadro de juros elevados e as metas fiscais que tornam a obtenção de superávits primários expressivos um verdadeiro dogma.

A questão, do ponto de vista do gestor, é que a infraestrutura energética, logística, etc. não permitem taxas elevadas de crescimento, sem que se apresente o risco inflacionário. Tal perspectiva se configura na prática de juros reais elevados, de modo a conter os avanços produtivos em limites considerados seguros.

De outra parte, os juros reais que praticados no Brasil estimulam ingressos de capitais especulativos, altamente sensíveis a movimentos que possam ferir seus interesses e as perspectivas de lucro extraordinário com que chegam ao país.

No cenário de juros elevados persistentes vai se configurando uma tendência à apreciação cambial, fato que aumenta a vantagem competitiva dos importados, impondo um ônus não desprezível à indústria nacional. Vejamos como se processa a relação entre juros elevados e apreciação cambial, que configura um equilíbrio macroeconômico instável, que pode ser rompido caso se alterem as condições vigentes nas economias centrais, que têm mantido taxas de juros extremamente baixas, visando evitar a instalação de um processo recessivo significativo em suas economias.

Taxa de juros

Existem vários instrumentos associados à execução da política monetária como, por exemplo, os depósitos compulsórios das instituições financeiras junto ao Banco Central, as regulações de crédito em suas diferentes formas, a expansão e contração dos meios circulantes.

Para nossos propósitos neste documento de referência importa, contudo, abordar mais de perto a questão dos juros e de como ele influencia agentes e processo econômicos, o que, evidentemente, só poderemos fazer de maneira muito simplificada.

Por que os bancos centrais e o brasileiro em particular se interessam tanto pela taxa de juros como instrumento de política monetária? Em primeiro lugar porque a taxa de juros interfere de maneira decisiva em uma série de decisões dos agentes econômicos, impactando-os de maneira praticamente imediata. Um exemplo corriqueiro pode ser encontrado no consumo popular: quando as taxas do crédito direto ao consumidor aumentam de modo expressivo, há uma queda de consumo praticamente imediata. De se notar, que quando o banco central quer interferir nesse segmento, dispõe de instrumentos complementares, como taxaço do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), limites dos prazos de financiamento, etc.

Os níveis e as projeções das taxas de juros também interferem de maneira muito significativa nas decisões de investimento e, nesse caso, a transmissão é bastante imediata e técnica. A rigor, todo capitalista utiliza a taxa de juros para calcular se os investimentos que vai fazer no presente e que irão gerar rendimentos no futuro serão rentáveis, o que significa retornar valores superiores aos juros que poderia obter aplicando seus recursos no mercado financeiro.

Por este motivo, toda vez que os juros sobem existe uma tendência a reduzir os níveis agregados de investimentos, fato que diminui a demanda global por bens e serviços, o que impacta também os bens de consumo, visto haver menor contratação de trabalhadores e, conseqüentemente, renda assalariada.

A persistência de juros elevados no Brasil, mesmo após a estabilização monetária propiciada pelo Plano Real, indica remanescerem fragilidades no modelo de desenvolvimento do país, que se vê, a rigor, inscrito em um círculo vicioso: para gerir as expectativas inflacionárias, ao *sabor dos requerimentos do mercado financeiro*,

são limitadas as possibilidades de crescimento econômico e, conseqüentemente da infraestrutura do país. Os gargalos infraestruturais que se perpetuam, de outra parte, requerem uma política agressiva de juros, de tal forma que o crescimento não se desdobre em inflação.

Apreciação cambial e termos de troca

Com a estabilização monetária a partir de 1994, “o Brasil se inseriu na nova divisão internacional do trabalho, cada vez mais especializado na produção e na exportação de bens de menor valor agregado, reduzido conteúdo tecnológico e intensivo uso de mão-de-obra de baixo custo” (POCHAMNN: 2008: 11).

Ainda tratando a experiência recente do Brasil, ou seja, a partir do governo Lula, observa-se um fenômeno persistente de valorização do real, que está *diretamente* vinculado à política de juros praticas pelo Banco Central.

Isso se explica porque existe um afluxo de capitais para o Brasil, visando apropriar-se da diferença existente entre os juros domésticos e aqueles praticados no mercado internacional. Para ingressar no país e realizar aplicações em reais é necessário que esses investidores vendam dólares e comprem reais. Como ocorrem em qualquer mercado, uma mercadoria muito procurada tem seu preço aumentado. Significa dizer que o ingresso contínuo de dólares faz com que o real valha mais, quando expresso em moeda estrangeira.

Esse cenário traz várias conseqüências, valendo observar:

- *Aumenta a propensão a importar, uma vez que o poder de compra do real aumenta;*
- *Aumentam os gastos no exterior, sendo exemplo notório o caso da evolução do turismo internacional, comparativamente ao nacional;*

- *A indústria nacional se vê obrigada a competir em condições muitas vezes desiguais com concorrentes estrangeiros, sendo particularmente evidente o caso chinês, relativamente ao Brasil.*

Pensado desde o ponto de vista das demandas desenvolvimentistas este é um ponto crítico, que deve ser sanado o mais prontamente possível, pois limita o dinamismo econômico do país, mantendo-o por outro lado em situação de significativa vulnerabilidade, relativamente às flutuações das políticas econômicas dos países centrais.

Carga tributária

Nesse contexto, “o receituário neoliberal se mostrou extremamente funcional, com a imposição da crescente elevação da carga tributária em mais de dez pontos percentuais em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) justamente sobre a base da pirâmide social e com a desconstrução do patrimônio público, seja pela privatização do setor produtivo estatal (transferência de 15% do PIB pertencente ao Estado a grupos privados e fechamento de mais de 500 mil postos de trabalho), seja pela desnacionalização das empresas brasileiras” (POCHMANN, 2010: 7)

Nesse período, os mesmo governos que adotavam essas medidas:

- *Represaram os recursos para os gastos sociais (desvinculação da receita da União em 20%) para o pagamento de juros;*
- *Aumentaram a dívida pública de menos de um terço para mais de 50% do PIB.*

Um cenário e um contexto paradisíaco, como demonstra Pochmann para a improdutividade dos “ricos rentistas” no Brasil.

Inserção subalterna nos mercados mundiais⁴

Não pode haver dúvida quanto ao fato de que o modo como se dá a inserção brasileira no mercado mundial não é a mais adequada às demandas da realização de um projeto de desenvolvimento autônomo e de caráter nacionalista.

Como não estão solucionadas as questões relacionadas aos requerimentos educacionais mínimos, associados à fase atual do desenvolvimento capitalista, que já foram atingidos por muitos países, cujo desenvolvimento é tão recente, se não mais que o brasileiro – valendo citar Coreia do Sul, Singapura, Chile –, mantém-se no essencial o padrão que caracteriza nossa pauta de exportações/ importações desde há muito tempo. Exportamos fundamentalmente *commodities* agrícolas e produtos industrializados de baixo valor agregado e baixo padrão tecnológico e importamos bens e serviços de maior complexidade tecnológica⁵.

Desta forma, muito embora o Brasil apresente um desempenho significativo do ponto de vista da balança comercial, acumulando superávits em suas relações com o resto do mundo, a *qualidade* de nossa pauta de exportações é precária, revelando insuficiências claras de nosso modelo de desenvolvimento.

4 <http://infosecex.desenvolvimento.gov.br/default/destaque/index/id/2/start/0/limit/7>

5 O desmembramento da pauta revela a diversificação das exportações brasileiras. Dentre os principais itens exportados em 2008¹, estão contemplados: minérios, que representaram 9,5% da pauta, petróleo e derivados (9,4%), complexo soja (9,1%), máquinas e equipamentos (6,3%), carnes (6,2%), siderúrgicos (4,1%), materiais elétricos (3,5%), aviões (2,8%), papel e celulose (2,9%), açúcar (2,8%), químicos (2,8%), automóveis (2,5%), café (2,4%), autopeças (1,8%), alumínio (1,4%), madeira (1,4%), plásticos (1,4%), fumo (1,4%), têxteis (1,2%), calçados (1,0%) e suco de laranja (1%). É importante ressaltar também que de 1990 para 2008 a pauta brasileira passou a incorporar novos produtos de forma significativa, combinando uma gama variada de bens primários e de elevado teor tecnológico como petróleo e derivados, carnes, produtos farmacêuticos, aviões, automóveis, material elétrico e eletrônico, como telefones celulares e bens de informática, além de açúcar e etanol.



O que se faz dos recursos orçamentários no Brasil?

Os quatro limites que se indicou acima, para os fins da implantação de uma lógica efetivamente desenvolvimentista no Brasil, têm uma relação objetiva e imediata com o modo pelo qual os recursos públicos são dispendidos.

Em que pese os avanços que se pode observar no período mais recente, o fato é que o gasto público ainda contribui de forma decisiva para a manutenção de um padrão de distribuição de renda perverso, no qual se preserva uma imensa assimetria entre os mais pobres e uma minoria de beneficiários das políticas neoliberais – que ainda orientam parte expressiva da condução das políticas sociais e econômica em nosso país.

O resultado fiscal do governo federal, em informação produzida pela Secretaria do Tesouro Nacional, permite ver a assimetria implícita nas opções correntes de alocação dos recursos públicos. Para tanto, basta cotejar os gastos previdenciários, cujos recursos atendem um enorme contingente populacional, com as despesas com juros, que privilegiam essencialmente rentistas, ou seja, detentores de títulos da dívida pública.

Se os brasileiros, que são beneficiários da previdência social em seus diferentes programas, têm a seu dispor recursos da ordem de R\$ 255 bilhões, as 20 mil famílias, tipificadas por Pochmann⁶ como rentistas, têm direito a 70 % de um bolo de aproximadamente R\$ 124,5 bilhões.

6 (Este dado foi publicado no estudo “ATLAS DA EXCLUSÃO SOCIAL, V.3 - OS RICOS NO BRASIL – POCHMANN, et al, Ed Cortez, 2004)

O Bolsa Família, a um só tempo tão criticado pelos conservadores e tão insuficiente para as necessidades que a inclusão social apresenta, atende 12,8 milhões de famílias, mobilizando recursos equivalentes a R\$ 14.344.166.134⁷. O descalabro, nesse caso, fala por si mesmo.

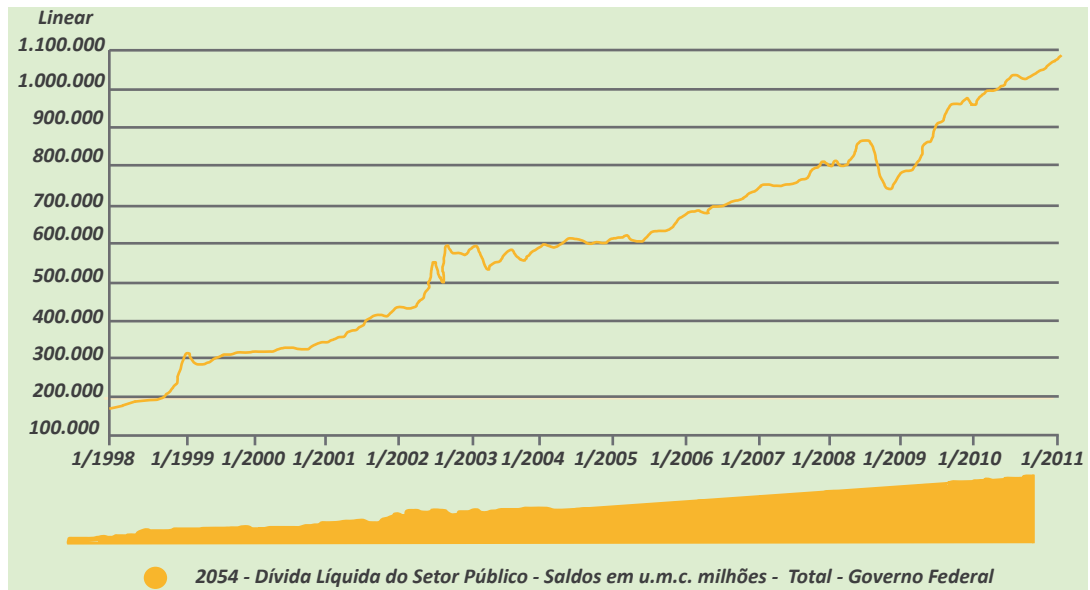
Enquanto não se alterar esse quadro o Brasil pode observar períodos de crescimento econômico e de relativo destaque nas apreciações sempre fugazes da banca internacional e seus congêneres domésticos. Não logrará, contudo, de forma alguma, um mínimo de justiça social; não atingirá o que se pode qualificar de modo consequente como desenvolvimento econômico e comprometerá, portanto, seu futuro mediato e imediato, inviabilizando que brasileiros e brasileiras possam conquistar padrões dignos de existência, ou melhorá-los, a fim de se apropriarem dos enormes avanços que a contemporaneidade vem propiciando, em praticamente todos os campos da vida material e cultural.

Ainda quanto à questão crucial da relação entre o endividamento público e o modelo econômico implantado no Brasil, é importante pensar na sustentabilidade do quadro atual, que é amplamente dependente de um arranjo muito particular na conjuntura internacional. Como os países centrais procuram evitar que se instale em suas economias um quadro depressivo, contêm os juros domésticos, de tal forma que se demonstram pouco atraentes para os investidores internacionais e, muito particularmente, para os especuladores de sempre. Aflui a muitos países periféricos e ao Brasil em particular, massas crescentes de capitais, em busca de

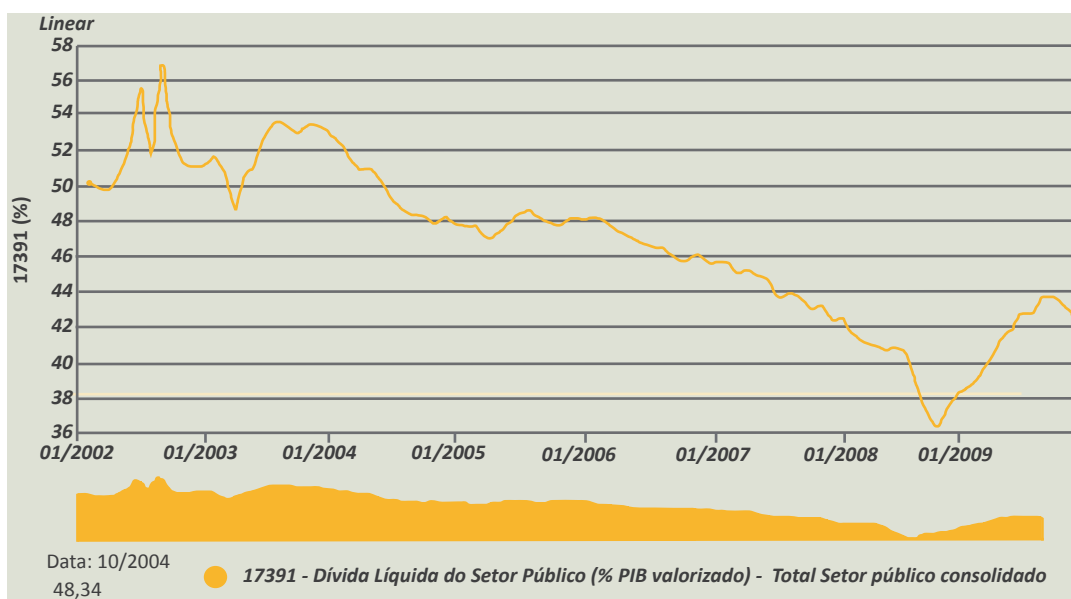
7 (Fonte: Portal da Transparencia – Presidencia da Republica – CGU)

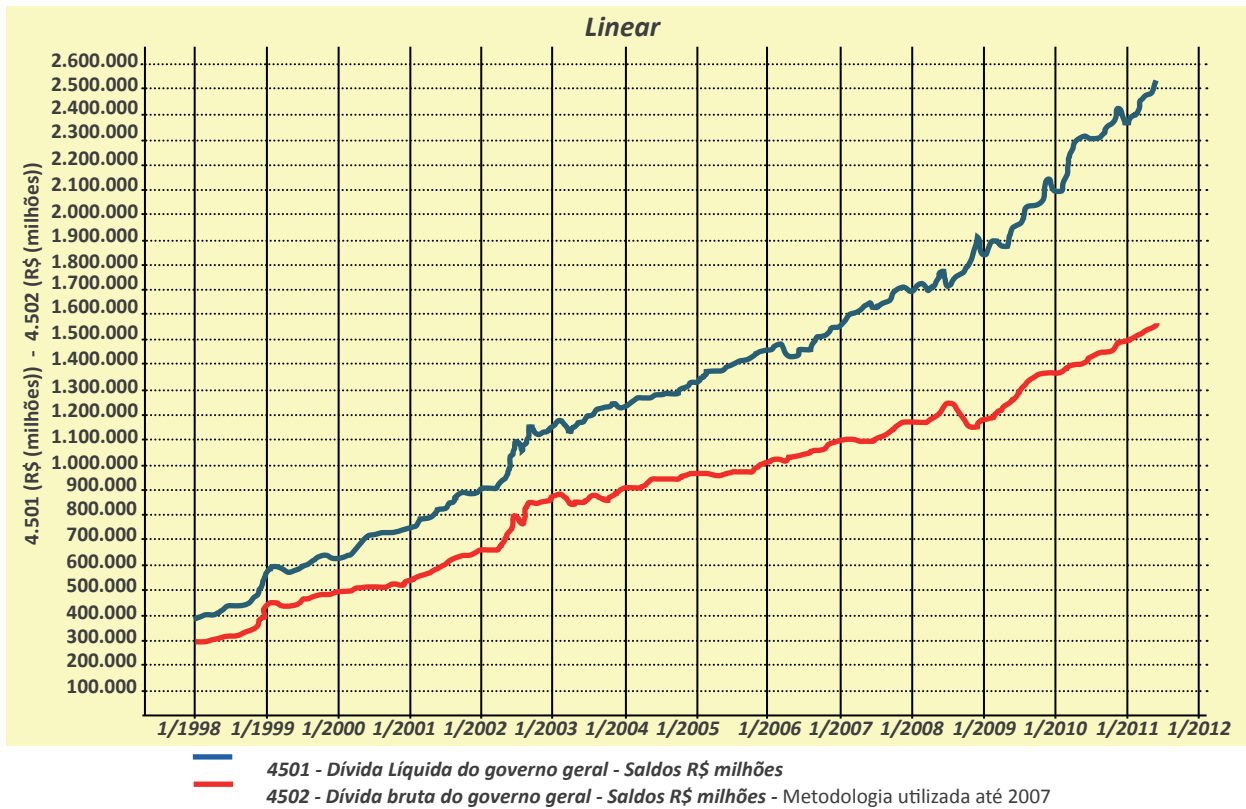
<http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaTRProgramaPesquisaAcao.asp?Exercicio=2010&textoPesquisaPrograma=bolsa%20familia&codigoPrograma=1335&nomePrograma=Transfer%Eancia%20de%20Renda%20com%20Condicionalidades%20-%20Bolsa%20Fam%EDlia>

juros altamente remuneradores e um compromisso férreo de jamais impor perdas, que não decorram dos próprios movimentos especulativos. O resultado final dessa configuração de política monetária, fiscal e cambial é um aumento significativo da dívida pública, apesar de diminuir o peso dessa mesma dívida com relação ao Produto Interno Bruto (PIB).



7 O que se faz dos recursos orçamentários no Brasil?





Fonte: BACEN

Em jan/2008, portanto no último ano do primeiro mandato de FHC a dívida pública era de 383.553 (R\$ milhões)⁸. No entanto, 5 anos depois, na passagem do governo FHC para o governo Lula, em dez/2002, a dívida pública havia quase quadruplicado chegando a 1.132.894 (R\$ milhões). Após 8 anos de governo Lula, em dez/2010, a dívida dobrou e passou para 2.426.058 (R\$ milhões). Dados de junho/2011 mostram que a dívida está hoje em 2.540.114 (R\$ milhões).

O governo FHC de 1997-2002, pagou 252,72 bilhões em juros (período que compreende 3/4 dos 8 anos de governo). Já o governo Lula nos seus 8 anos de governo pagou um total 924,72 bilhões de juros.

No final do governo FHC (dez/2002) o governo chegou a pagar 49,59 bilhões de juros, sendo que no final do governo Lula (dez/2010) o governo chegou a pagar 142,20 bilhões⁹.

8 Aqui estamos sempre falando de valores da dívida pública bruta. No gráfico aparece a diferença entre a dívida bruta (em azul) e a líquida (em vermelho).

9 Fonte BACEN. Série Temporais 4750 - NFSP sem desvalorização cambial - Fluxo acumulado no ano - Juros nominais - Total - Governo Federal - R\$ (milhões).

Conclusões: princípios e teses desenvolvimentistas

O desenvolvimentismo tem uma expressão bastante bem configurada na ciência econômica, particularmente no Brasil, em que é clara a divisão entre pensadores que valorizam abordagens ortodoxas de política econômica e aqueles que entendem ser necessário ir mais além, ousar e enfrentar os grandes beneficiários do modelo praticado até aqui, até mesmo porque eliminar as desigualdades abissais em que vivemos é fundamental para construir um país mais fraterno, solidário e feliz.

Não caberia discutir de um ponto de vista técnico as diferenças que separam os dois grupos em questão, mas é muito importante inventariar alguns elementos que podem nos orientar no debate relacionado ao desenvolvimento sócio econômico e o modo pelo qual este mesmo desenvolvimento poderá emancipar as classes populares da cidadania de segunda linha a que têm sido relegadas ao longo da história do Brasil.

* * *

Segundo os termos das concepções desenvolvimentistas são ações essenciais para que o Brasil supere o subdesenvolvimento e a inserção subalterna no mercado mundial os seguintes elementos:

- *Massificação da educação, o que deve ser compreendido não apenas como superação do analfabetismo que ainda é significativo no país, mas igualmente a universalização do ensino fundamental, sem o que haverá dificuldades significativas na adoção de padrões tecnológicos que tornem o país competitivo em termos internacionais;*

Após detalhado estudo das contas nacionais, o Ipea identificou que o impacto do gasto social no nível de produção se apresenta cada vez mais determinante para o impulso do conjunto das atividades econômicas internas. Para cada 1 real gasto com educação pública geral, o resultado é de R\$1,85 no PIB, enquanto o investimento de também 1 real na saúde resulta em R\$1,70 no Produto Interno Bruto.

- *Investimentos maciços em ciência e tecnologia, de tal forma que o Brasil possa superar a dependência que ainda hoje tem relativamente a vários setores estratégicos para o desenvolvimento, tais como biotecnologia, química fina, política espacial, etc.;*
- *Políticas ativas de desenvolvimento industrial, baseadas no desenvolvimento tecnológico, universalização do ensino médio e formação de quadros técnicos, particularmente engenheiros, todos indicados acima;*
- *Com base nos dois itens acima, qualificar a política industrial brasileira, no sentido de aumentar o valor agregado de todas as exportações, evitando-se a prática de exportar matérias-primas em estado bruto, sem qualquer ordem de processamento. Importante notar que esse vetor alcança o pujante segmento do agronegócio, ao qual o Brasil não deve renunciar, mas adensar do ponto de vista tecnológico;*
- *Compreensão política de que o desenvolvimento deve necessariamente estar relacionado a um projeto nacional. Não se trata, como ocorreu no passado, de se pretender praticar um modelo de desenvolvimento autárquico, mas de reconhecer que as dimensões coloniais, neocoloniais e as práticas imperialistas ainda são a realidade das relações entre as nações, sendo impossível, a esta altura, uma trajetória de desenvolvimento que não afrente o **status quo** existente;*

- *Combate ao arranjo de interesses que se estabeleceu no Brasil após as chamadas décadas perdidas (fundamentalmente 1980/90), em que se aliaram no comando da dinâmica econômica nacional grandes exportadores e rentistas, ambos interessados em uma inserção claramente subalterna do país em termos internacionais.*
- *Superação dos constrangimentos associados à política de juros em vigor no país, que limitam de maneira severa as inversões em políticas sociais, que poderiam alterar de modo significativo o panorama de exclusão social, que ainda é bastante expressivo no país;*
- *Alteração dos padrões de rendimento rentista no Brasil, que deve ser feito por meio de um grande esforço de informação e convencimento da sociedade nacional, de tal forma que ações que se devem tomar em benefício das maiorias excluídas, não se transformem em mote para a especulação financeira e desestabilização de governos alinhados com as causas progressistas;*
- *Defesa intransigente da apropriação nacional, coletiva, de oportunidades, como aquelas que são oferecidas pelo Pré-Sal. É preciso reconhecer que esses são ativos do povo brasileiro e, nessa qualidade, devem se prestar prioritariamente a resgatar a imensa dívida social que o país acumula em lugar de servir de circunstância para o enriquecimento ainda maior das minorias.*

É fundamental observar, contudo, que esses elementos, isoladamente, não têm o condão de induzir o desenvolvimento econômico, no sentido em que se advoga neste documento. Medidas isoladas, mesmo que tecnicamente adequadas, não são suficientes para atender as expectativas dos de baixo, ou para satisfazer a uma abordagem efetivamente socialista.

O Brasil precisa de projeto estratégico de desenvolvimento, que tenha a envergadura do que preconizou Getúlio Vargas, o ardor de renovação de Juscelino, a sensibilidade para as demandas populares que se observou nos governos Lula. Não basta, contudo, repetir. Faz-se necessário ousar, ir mais além, particularmente no compromisso para com os de baixo, orientando tal projeto a favor de suas necessidades e demandas.

Um projeto efetivamente socialista deve reconhecer que não há urgência maior do que a de superar a exclusão social, a de gerar oportunidades efetivas de integração não apenas ao *mercado consumidor*, mas ao patrimônio coletivo que a civilização representa, o qual compreende além das condições materiais e imediatas de vida, o acesso à educação, à cultura, lazer e desporto, à saúde de qualidade, à realização pessoal e a um meio ambiente sadio.

Nosso projeto deve atentar, ainda, para a necessidade de se fundar em bases nacionais, ou seja, deve aspirar a uma inserção soberana na ordem internacional e, conseqüentemente, levar a cabo ações de defesa dos interesses de nossa população, em um ambiente de concorrência leal com nossos parceiros.

Vale observar, também, que o projeto postulado pelo PSB deve estar especialmente atento à questão urbana e à necessidade de assegurar um ambiente que propicie oportunidades e qualidade de vida saudável, felicidade, àqueles a quem, hoje, a cidade vira suas costas. Se considerarmos que o índice de urbanização no Brasil atinge algo como 85%, enquanto a cidade nega cidadania aos de baixo, compreenderemos que este é um dos cenários fundamentais da luta socialista por justiça e igualdade de oportunidades.

* * *

O reconhecimento das insuficiências de nosso padrão pretérito de desenvolvimento e as críticas que se lhe associam não são feitas em nome da desesperança e do pessimismo daqueles que não têm projeto, mas da firme convicção de que tais insuficiências são um fato político.

Partem, portanto, de uma indignação para com a ordem existente, considerando justamente as imensas potencialidades do país, sejam elas naturais, ou se refiram ao enorme entusiasmo de sua gente em progredir, em conquistar acesso ao patrimônio comum, para o qual contribuem decisivamente. O PSB quer se qualificar para ser o portador dessa indignação, cujo fundamento é a crença inabalável de que o Brasil pode muito mais, se for politicamente mais ousado e socialmente mais fraterno.



Referências:

BATISTA Jr. Paulo Nogueira. “Nacionalismo e Desenvolvimento”. Centro Celso Furtado, Setembro de 2006.

Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/adm/enviadas/doc/17_20061204135526.pdf

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2006). “Estratégia nacional de desenvolvimento”, Revista de Economia Política, vol. 26, nº 2(102), abril-junho/2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n2/a03v26n2.pdf>

_____. “O Novo Modelo Brasileiro de Desenvolvimento”. *Revista Dados* 11, 1973: 122-145, and

Desarrollo Económico - Revista de Ciências Sociales, 55, vol.14, October-December 1974.

DOWBOR, Ladislau (2010). “O valor econômico do tempo livre”. Disponível em: <http://dowbor.org>

FAORO, Raymundo (2001). *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª. Ed. Ver. São Paulo: Globo.

FONSECA e xxxxx. “O Esatdos e suas razões: o IIPND”. *Revista de Economia Política*, vol. 28, nº 1 (109), pp. 28-46, janeiro-março/2007.

HOLANDA, Sergio Buarque de (1995). *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Cia das Letras.

IPEA. *Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas aglomerações urbanas*. Síntese da Pesquisa. Brasília, maio de 2003.

POCHMANN, Marcio. *Desenvolvimento, Trabalho e Renda no Brasil: Avanços Recentes no Emprego e na Distribuição dos Rendimentos*. Coleção “Brasil em Debate”. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

_____. *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. “Inflexão distributiva: a dinâmica da renda do trabalho”. *Ilustríssima*, Folha de São Paulo, 23/01/2011. Disponível em: <http://www.folha.com.br/is864146>

_____. “O país do desiguais”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Outubro de 2006. Disponível em: <http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=30&PHPSESSID=2992afb2cd65c8594faad2ff286459fc>

_____. “Produtividade e Emprego no Brasil do Anos 90”. Unicamp, Artigo 77, s/data. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo77.htm>

_____. “Economia: a quem interessa?”. *Artigo para a Revista Fórum*, volume 96, de 05 de Abril de 2011. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/marciopochmann/?p=92>

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e SANTOS JR., Orlando Alves. “Desafios da Questão Urbana”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Ano 4, Número 45, 2011.

SICSÚ, João. “Bebês Milionários: ofertas de serviços públicos e redistribuição da renda”. *Democracia Viva* Vol.37, Dez de 2007. Disponível em: http://www.ibase.br/userimages/DV37_artigo2.pdf

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando; e RENAUT, Michel; organizadores. *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri:Manole; Rio de Janeiro:Fundação Konrad Adenauer, 2005. ISBN 85-98416-04-5 (Manole)